

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.656.659.368
Preferenciais	0
Total	1.656.659.368
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.516.977	1.506.410
1.01	Ativo Circulante	307.232	283.517
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.504	210.539
1.01.02	Aplicações Financeiras	155.068	51.453
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	155.068	51.453
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	89.568	29.662
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras vinculadas	65.500	21.791
1.01.03	Contas a Receber	18.042	14.703
1.01.03.01	Clientes	18.042	14.703
1.01.03.01.01	Contas a Receber	18.042	14.703
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.528	5.165
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.528	5.165
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.528	5.165
1.01.07	Despesas Antecipadas	891	1.507
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	891	1.507
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	199	150
1.01.08.03	Outros	199	150
1.01.08.03.02	Outros Créditos	199	150
1.02	Ativo Não Circulante	1.209.745	1.222.893
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.743	156.877
1.02.01.04	Contas a Receber	23	23
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	23	23
1.02.01.07	Tributos Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.901	151.901
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.177	1.311
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.642	3.642
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.642	3.642
1.02.03	Imobilizado	9.763	8.333
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	954	1.141
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.809	7.192
1.02.04	Intangível	1.043.239	1.057.683
1.02.04.01	Intangíveis	1.043.239	1.057.683
1.02.04.01.02	Intangíveis	963.006	1.004.843
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	80.233	52.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.516.977	1.506.410
2.01	Passivo Circulante	211.466	168.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.908	3.052
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.908	3.052
2.01.02	Fornecedores	16.742	13.677
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.742	13.677
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.168	3.213
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.168	3.213
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.168	3.213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	150.870	104.456
2.01.04.02	Debêntures	150.870	104.456
2.01.05	Outras Obrigações	12.471	17.893
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.233	3.680
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.233	3.680
2.01.05.02	Outros	9.238	14.213
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	4.830	4.773
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.334	1.955
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	407	396
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	2.667	7.089
2.01.06	Provisões	25.307	26.664
2.01.06.02	Outras Provisões	25.307	26.664
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	25.307	26.664
2.02	Passivo Não Circulante	828.897	840.511
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	533.887	566.732
2.02.01.02	Debêntures	533.887	566.732
2.02.02	Outras Obrigações	265.285	242.595
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	243.067	228.589
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	243.067	228.589
2.02.02.02	Outros	22.218	14.006
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	15.189	12.820
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	7.029	1.186
2.02.04	Provisões	29.725	31.184
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.875	4.343
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	4.875	4.343
2.02.04.02	Outras Provisões	24.850	26.841
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	24.850	26.841
2.03	Patrimônio Líquido	476.614	496.944
2.03.01	Capital Social Realizado	849.584	1.099.584
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-372.970	-602.640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.867	190.260	103.476	191.465
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.767	147.163	65.510	126.995
3.01.02	Receita de serviços de construção	19.100	43.097	37.966	64.470
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-74.033	-159.142	-89.371	-170.344
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-54.933	-116.045	-51.405	-105.874
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-19.100	-43.097	-37.966	-64.470
3.03	Resultado Bruto	19.834	31.118	14.105	21.121
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.672	-5.401	-7.445	-13.606
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.773	-8.597	-7.480	-13.732
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-4.773	-8.597	-7.480	-13.732
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.101	3.196	35	126
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.162	25.717	6.660	7.515
3.06	Resultado Financeiro	-21.110	-46.047	-18.108	-41.598
3.06.01	Receitas Financeiras	8.680	16.567	6.998	11.112
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.680	16.567	6.998	11.112
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.790	-62.614	-25.106	-52.710
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-29.790	-62.614	-25.102	-52.706
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	-4	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.948	-20.330	-11.448	-34.083
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.948	-20.330	-11.448	-34.083
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.948	-20.330	-11.448	-34.083
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0017	-0,0118	-0,0067	-0,0198
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0017	-0,0118	-0,0067	-0,0198

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.948	-20.330	-11.448	-34.083
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.948	-20.330	-11.448	-34.083

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	70.604	15.708
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	128.172	95.479
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-20.330	-34.083
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	68.432	63.593
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.613	-356
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	16.848	15.069
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	0	1.164
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	42.083	30.341
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	2.467	2.493
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.673	3.123
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	9	49
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	18.603	14.086
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.568	-79.771
6.01.02.01	Contas a receber	-3.339	-3.408
6.01.02.04	Despesas antecipadas	750	104
6.01.02.05	Impostos a recuperar	520	-1.372
6.01.02.06	Outros créditos	-49	5
6.01.02.08	Outras contas a receber	0	-97
6.01.02.09	Fornecedores	3.506	37
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-236	1.946
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-48	187
6.01.02.12	Obrigações sociais	-144	-348
6.01.02.13	Obrigações fiscais	168	-5.353
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	11	10
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-1.150	-3.043
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-23.849	-21.656
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	877	-9.962
6.01.02.19	Pagamento de juros	-33.964	-36.489
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-621	-332
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-148.543	-128.889
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-23
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-45.658	-52.479
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-77.294	-16.424
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	34.315	15.466
6.02.10	Aplicação Financeira	-59.906	-75.429
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.096	288.145
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-5.096	-4.920
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	0	-101.900
6.03.12	Captação de empréstimos empresas ligadas	0	10.000
6.03.13	Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	0	-163.459
6.03.14	Emissão de Debêntures	0	650.000
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	0	-101.576

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-83.035	174.964
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	210.539	9.104
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	127.504	184.068

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-602.640	0	496.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	-250.000	0	0	250.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.330	0	-20.330
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.330	0	-20.330
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	849.584	0	0	-372.970	0	476.614

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.099.584	0	0	-472.217	0	627.367
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.083	0	-34.083
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.083	0	-34.083
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.099.584	0	0	-506.300	0	593.284

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	212.162	205.380
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	160.719	138.317
7.01.02	Outras Receitas	51.443	67.063
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	43.097	64.470
7.01.02.02	Outras receitas	3.773	844
7.01.02.03	Juros Capitalizados	4.573	1.749
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-85.195	-104.527
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.907	-13.086
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.393	-5.507
7.02.04	Outros	-67.895	-85.934
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-43.097	-64.470
7.02.04.02	Custo da Concessão	-3.605	-3.433
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-18.603	-14.086
7.02.04.04	Outros	-2.590	-3.945
7.03	Valor Adicionado Bruto	126.967	100.853
7.04	Retenções	-68.432	-63.593
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.432	-63.593
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.535	37.260
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.567	11.108
7.06.02	Receitas Financeiras	16.567	11.112
7.06.03	Outros	0	-4
7.06.03.04	Outros	0	-4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	75.102	48.368
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	75.102	48.368
7.08.01	Pessoal	14.237	15.837
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.561	12.115
7.08.01.02	Benefícios	2.906	2.965
7.08.01.03	F.G.T.S.	770	757
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.999	12.205
7.08.02.01	Federais	5.934	5.238
7.08.02.02	Estaduais	9	27
7.08.02.03	Municipais	8.056	6.940
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.348	39.340
7.08.03.01	Juros	42.083	31.505
7.08.03.02	Aluguéis	64	121
7.08.03.03	Outras	8.201	7.714
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	0	1
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	4.573	1.748
7.08.03.03.04	Outras	3.628	5.965
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.330	-34.083
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.330	-34.083
7.08.05	Outros	16.848	15.069
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas e Mútuos	16.848	15.069

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 412,7 km da Rodovia BR-116, conectando Curitiba (PR) à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha viária sob gestão da Companhia atravessa 18 municípios nos estados do Paraná e Santa Catarina, desempenhando papel estratégico no escoamento da produção agrícola da região Sul e na ligação entre o Sudeste e o interior dos estados de SC e RS. A operação conta com 5 praças de pedágio em funcionamento e é marcada por um perfil logístico robusto, com predominância de veículos pesados (cerca de 71%), refletindo a vocação da rodovia para o transporte de cargas.

A Companhia realiza atividades de restauração, modernização, monitoramento, manutenção e operação da rodovia, além de prestar serviços de atendimento aos usuários e emergências. A infraestrutura inclui bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), passarelas, pontos de ônibus cobertos e sistemas tecnológicos de controle e comunicação de tráfego. A previsibilidade contratual, aliada à relevância logística da concessão, sustenta a geração de valor e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **7,6%** no tráfego no 2T25, com **9,7 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **76,2%** do tráfego representado por veículos pesados e **23,8%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 81,7 milhões** no 2T25, com crescimento de **14,4%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O EBITDA Ajustado totalizou **R\$ 58,7 milhões** no 2T25, acréscimo de **34,3%**, com margem de **78,5%**.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	9.725	9.035	7,6%	19.132	17.507	9,3%
Leves	2.311	2.220	4,1%	4.590	4.504	1,9%
Pesados	7.415	6.815	8,8%	14.542	13.003	11,8%

A Planalto Sul registrou 9,7 milhões de veículos equivalentes no 2T25, representando um crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento de 8,8% no tráfego de veículos pesados, reflexo das exportações aquecidas de carnes e produtos avícolas. Já o segmento de veículos leves cresceu 4,1%, favorecido por feriados prolongados — como o de 1º de maio e Corpus Christi — e pelo início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio/24.

Vale destacar que o 2T25 marcou um recorde histórico de tráfego trimestral para a Planalto Sul desde o início da concessão, reforçando a relevância logística da rodovia no escoamento da produção e no transporte de passageiros.

No acumulado do primeiro semestre de 2025, o tráfego totalizou 19,1 milhões de veículos equivalentes, alta de 9,3% frente ao mesmo período do ano anterior. O destaque ficou novamente com os veículos pesados, que avançaram 11,8%, impulsionados pelo bom desempenho das exportações. Os veículos leves apresentaram crescimento de 1,9%. Os feriados prolongados e a cobrança do eixo suspenso (MDF-e) contribuíram positivamente para o resultado.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	8,40	7,90	6,3%	8,40	7,90	6,3%

A tarifa média no 2T25 foi de R\$ 8,40, representando um crescimento de 6,3% em relação ao 2T24. Esse aumento reflete o reajuste tarifário aplicado em dezembro de 2024, com base no IPCA acumulado, conforme previsto contratualmente.

No acumulado do 1S25, a tarifa média também foi de R\$ 8,40, mantendo o patamar observado no trimestre e registrando variação equivalente de 6,3% frente ao 1S24.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	101.080	109.677	(7,8%)	204.394	203.506	0,4%
Receitas de pedágio	81.699	71.386	14,4%	160.719	138.317	16,2%
Receitas de Construção	19.100	37.966	(49,7%)	43.097	64.470	(33,2%)
Outras Receitas	281	325	(13,5%)	578	719	(19,6%)
Deduções	(7.213)	(6.201)	16,3%	(14.134)	(12.041)	17,4%
Receita Operacional Líquida	93.867	103.476	(9,3%)	190.260	191.465	(0,6%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	74.767	65.510	14,1%	147.163	126.995	15,9%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita de pedágio atingiu R\$ 81,7 milhões no 2T25, incremento de 14,4% frente ao 2T24, impulsionada pelo reajuste tarifário aplicado e pelo aumento do volume de tráfego. No 1S25, a receita somou R\$ 160,7 milhões, crescimento de 16,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 19,1 milhões no 2T25, uma diminuição de 49,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

No acumulado dos seis primeiros meses de 2025, o valor apresentado foi de R\$ 43,1 milhões, diminuição de 33,2% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Outras Receitas

As receitas acessórias somaram R\$ 0,3 milhão no 2T25, em linha com o mesmo período do ano anterior. No semestre, totalizaram R\$ 0,6 milhão, com redução de 19,6%, explicada pela menor realização de receitas com publicidade.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(16.058)	(21.779)	(26,3%)	(36.084)	(44.924)	(19,7%)
Pessoal	(7.400)	(9.263)	(20,1%)	(14.238)	(15.838)	(10,1%)
Conservação	(2.425)	(2.402)	1,0%	(4.660)	(4.595)	1,4%
Serviços de terceiros	(4.001)	(5.100)	(21,5%)	(8.766)	(9.816)	(10,7%)
Seguros e garantias	(582)	(570)	2,1%	(1.171)	(1.115)	5,0%
Verba de fiscalização	(1.221)	(1.165)	4,8%	(2.442)	(2.329)	4,9%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(1.123)	(318)	253,1%	(1.673)	(3.123)	(46,4%)
Outros	694	(2.961)	(123,4%)	(3.134)	(8.108)	(61,3%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(59.647)	(75.037)	(20,5%)	(130.132)	(142.149)	(8,5%)
Custo dos serviços de construção	(19.100)	(37.966)	(49,7%)	(43.097)	(64.470)	(33,2%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6.169)	(5.032)	22,6%	(18.603)	(14.086)	32,1%
Depreciação e amortização	(34.378)	(32.039)	7,3%	(68.432)	(63.593)	7,6%
Custos e Despesas Operacionais	(75.705)	(96.816)	(21,8%)	(166.216)	(187.073)	(11,1%)

No 2T25, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 75,7 milhões, redução de 21,8% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 166,2 milhões, queda de 11,1% frente ao mesmo período do ano anterior. A retração está associada, principalmente, à menor contabilização de custos dos serviços de construção — item não caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa (custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação/amortização), os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 16,1 milhões no 2T25, redução de 26,3%. No 1S25, o total foi de R\$ 36,1 milhões, queda de 19,7%.

As principais variações foram:

- Pessoal: redução de 20,1% e de 10,1% no semestre, refletindo ajustes na estrutura operacional.
- Serviços de terceiros: queda de 21,5% no trimestre e de 10,7% no semestre, com menor contratação de serviços administrativos e operacionais.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: aumento de R\$ 0,8 milhão no trimestre (+253,1%), influenciado pelo aumento de processos registrados.
- Outros: variação positiva de R\$ 3,7 milhões no trimestre, devido a reconhecimento não recorrente proveniente de acordo extrajudicial com empresa de infraestrutura referente a utilização de rede de fibra ótica.

A redução dos custos caixa reflete maior eficiência operacional e controle de despesas, alinhados ao compromisso da Companhia com a sustentabilidade financeira e a excelência na prestação de serviços.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(2.948)	(11.448)	(74,2%)	(20.330)	(34.083)	(40,4%)
(+) Depreciação e Amortização	34.378	32.039	7,3%	68.432	63.593	7,6%
(+) Resultado Financeiro	21.110	18.108	16,6%	46.047	41.598	10,7%
(+) IR e CSLL	-	-	-	-	-	0,0%
EBITDA¹	52.540	38.699	35,8%	94.149	71.108	32,4%
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>70,3%</i>	<i>59,1%</i>	<i>11,2 p.p.</i>	<i>64,0%</i>	<i>56,0%</i>	<i>8,0 p.p.</i>
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	6.169	5.032	22,6%	18.603	14.086	32,1%
EBITDA Ajustado³	58.709	43.731	34,3%	112.752	85.194	32,3%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>78,5%</i>	<i>66,8%</i>	<i>11,8 p.p.</i>	<i>76,6%</i>	<i>67,1%</i>	<i>9,5 p.p.</i>

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia totalizou R\$ 52,5 milhões no 2T25, representando um crescimento de 35,8% em relação ao 2T24. A margem EBITDA foi de 70,3%, com avanço de 11,2 pontos percentuais na comparação com mesmo período do ano anterior. No acumulado do 1S25, o EBITDA atingiu R\$ 94,1 milhões, com alta de 32,4% frente ao mesmo período de 2024, e margem de 64,0%, crescimento de 8,0 pontos percentuais.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa como a provisão para manutenção de rodovias, somou R\$ 58,7 milhões no 2T25, com crescimento de 34,3% e margem ajustada de 78,5%, um avanço de 11,8 pontos percentuais. No semestre, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 112,8 milhões, aumento de 32,3% em relação ao 1S24, com margem de 76,6%, crescimento de 9,5 pontos percentuais.

Esse desempenho reflete a combinação entre o crescimento da receita operacional e o controle eficiente de custos e despesas operacionais, que apresentaram redução mesmo diante do aumento da atividade.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	34.378	32.039	7,3%	68.432	63.593	7,6%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 34,4 milhões no 2T25, incremento de 7,3% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 68,4 milhões, aumento de 7,6% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete a atualização da base de ativos imobilizados e intangíveis, em linha com os investimentos realizados.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(21.110)	(18.108)	16,6%	(46.047)	(41.598)	10,7%
Receitas financeiras	8.680	6.998	24,0%	16.567	11.112	49,1%
Despesas financeiras	(29.790)	(25.102)	18,7%	(62.614)	(52.706)	18,8%
Variação cambial, líq.	-	(4)	(100,0%)	-	(4)	(100,0%)

O resultado financeiro da Companhia foi uma despesa líquida de R\$ 21,1 milhões no 2T25, representando um aumento de 16,6% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, a despesa totalizou R\$ 46,0 milhões, com alta de 10,7% frente ao mesmo período do ano anterior.

Esse crescimento foi influenciado pela captação realizada em fevereiro de 2024, cuja estrutura está indexada ao IPCA e ao CDI. Ambos os indexadores apresentaram variação positiva no período. Como resultado, houve aumento tanto nas despesas financeiras (18,7% no trimestre e 18,8% no semestre) quanto nas receitas financeiras (24,0% no trimestre e 49,1% no semestre), esta última diretamente atrelada ao CDI.

A variação cambial líquida foi nula no período, sem impacto adicional sobre o resultado financeiro.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-

A Companhia não contabilizou valores de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 2T25 e no 1S25, em função da apuração de prejuízos fiscais nos últimos trimestres. Dessa forma, não houve constituição de tributos, tanto na modalidade corrente quanto diferida.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	(2.948)	(11.448)	(74,2%)	(20.330)	(34.083)	(40,4%)

A Companhia registrou prejuízo de R\$ 2,9 milhões no 2T25, redução de 74,2% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o resultado negativo foi de R\$ 20,3 milhões, melhora de 40,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

A redução do prejuízo reflete, principalmente, o crescimento da receita de pedágio, impulsionado pelo reajuste tarifário e pelo aumento do tráfego. Apesar do EBITDA positivo no período, o resultado líquido segue pressionado pelos efeitos da depreciação e amortização, além do impacto do resultado financeiro.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

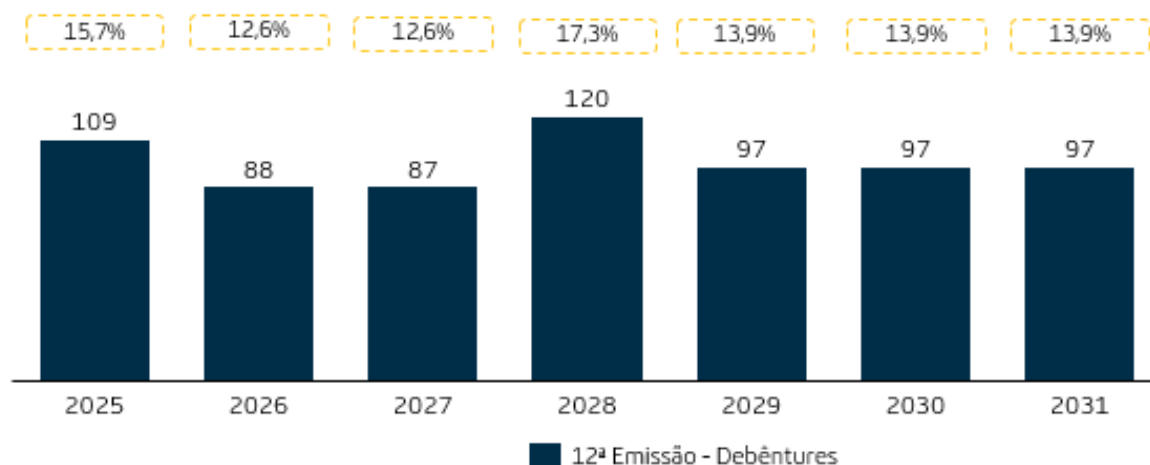
R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	684.757	663.130	3,3%
Curto Prazo	150.870	132.115	14,2%
Longo Prazo	533.887	531.015	0,5%
Posição de Caixa	282.572	244.129	15,7%
Caixa e equivalentes de caixa	217.072	236.117	(8,1%)
Aplicações financeiras vinculadas ¹	65.500	8.012	717,5%
Dívida Líquida	402.185	419.001	(4,0%)

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 684,8 milhões no 2T25, crescimento de 3,3% em relação ao trimestre anterior. A maior parte das obrigações está concentrada no longo prazo, reflexo do reperfilamento realizado na 12ª emissão de debêntures, concluída no 1T24.

A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 282,6 milhões, aumento de 15,7%, impulsionado principalmente pela elevação das aplicações financeiras vinculadas, que passaram de R\$ 8,0 milhões para R\$ 65,5 milhões.

Com isso, a dívida líquida foi reduzida para R\$ 402,2 milhões no 2T25, queda de 4,0% frente ao 1T25, reforçando a disciplina financeira e a gestão eficiente da estrutura de capital.

Aging da Dívida – junho de 2025

No 2T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 12ª Emissão de Debêntures.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	27.096	40.750	(33,5%)	65.618	70.532	(7,0%)

No 2T25, os investimentos totalizaram R\$ 27,1 milhões, redução de 33,5% em relação ao 2T24. A variação decorre, principalmente, da conclusão das obras de implantação de terceiras faixas em 2024, parcialmente compensada pela execução das intervenções previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com destaque para a implantação de iluminação na BR-116, entre os km 161 e km 170, e na Serra do Espigão.

No acumulado do 1S25, os investimentos somaram R\$ 65,6 milhões, queda de 7,0% frente ao 1S24.

Os investimentos seguem alinhados às obrigações contratuais e ao compromisso da Companhia com a segurança viária e a melhoria contínua da infraestrutura concedida.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

Previsão de Investimentos	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	808.666
Recuperações/Manutenções	213.990
Total	1.022.656

*Base Monetária: junho/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Planalto Sul S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Rio Negro, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia e Implantação

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	101.080	109.677	(7,8%)	204.394	203.506	0,4%
Receitas de pedágio	81.699	71.386	14,4%	160.719	138.317	16,2%
Receitas de obras	19.100	37.966	(49,7%)	43.097	64.470	(33,2%)
Outras Receitas	281	325	(13,5%)	578	719	(19,6%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.213)	(6.201)	16,3%	(14.134)	(12.041)	17,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	93.867	103.476	(9,3%)	190.260	191.465	(0,6%)
CUSTOS E DESPESAS	(41.327)	(64.777)	(36,2%)	(96.111)	(120.357)	(20,1%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.550)	(14.481)	0,5%	(29.340)	(28.480)	3,0%
Custo dos serv. de construção	(19.100)	(37.966)	(49,7%)	(43.097)	(64.470)	(33,2%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.609)	(7.333)	(37,1%)	(8.267)	(13.447)	(38,5%)
Provisão para manutenção em rodovias	(6.169)	(5.032)	22,6%	(18.603)	(14.086)	32,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.101	35	8760,0%	3.196	126	2436,5%
EBITDA	52.540	38.699	35,8%	94.149	71.108	32,4%
Margem EBITDA	70,3%	59,1%	11,2 p.p.	64,0%	56,0%	8,0 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(34.378)	(32.039)	7,3%	(68.432)	(63.593)	7,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(21.110)	(18.108)	16,6%	(46.047)	(41.598)	10,7%
Receitas financeiras	8.680	6.998	24,0%	16.567	11.112	49,1%
Despesas financeiras	(29.790)	(25.102)	18,7%	(62.614)	(52.706)	18,8%
Variação cambial, líq.	-	(4)	(100,0%)	-	(4)	(100,0%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(2.948)	(11.448)	(74,2%)	(20.330)	(34.083)	(40,4%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.948)	(11.448)	(74,2%)	(20.330)	(34.083)	(40,4%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	1.516.977	1.485.824	2,1%
CIRCULANTE	307.232	270.589	13,5%
Caixa e equivalentes de caixa	127.504	216.937	(8,7%)
Aplicações Financeiras	89.568	19.180	(0,9%)
Contas a receber	18.042	18.571	(2,8%)
Despesas antecipadas	891	1.225	(27,3%)
Impostos a recuperar	5.528	6.490	(14,8%)
Adiantamentos a Fornecedores	-	90	(100,0%)
Aplicações financeiras vinculadas	65.500	8.012	717,5%
Outros créditos	199	84	136,9%
NÃO CIRCULANTE	1.209.745	1.215.235	(0,5%)
Despesas antecipadas	1.177	1.227	(4,1%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	151.901	151.901	0,0%
Depósitos judiciais	3.642	3.642	0,0%
Outras contas a receber	23	23	0,0%
Direito de uso (IFRS 16)	8.809	4.657	89,2%
Imobilizado	954	1.047	(8,9%)
Intangível	1.043.239	1.052.738	(0,9%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.516.977	1.485.824	2,1%
CIRCULANTE	211.466	192.829	9,7%
Debêntures	150.870	132.115	14,2%
Fornecedores	16.742	12.162	37,7%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	2.667	4.544	(41,3%)
Obrigações sociais	2.908	3.286	(11,5%)
Obrigações fiscais	3.168	3.296	(3,9%)
Contar a pagar - partes relacionadas	3.233	2.990	8,1%
Cauções contratuais	4.830	5.035	(4,1%)
Taxa de fiscalização	407	407	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	25.307	27.666	(8,5%)
Outras contas a pagar	1.334	1.328	0,5%
NÃO CIRCULANTE	828.897	813.433	1,9%
Debêntures	533.887	531.015	0,5%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	243.067	235.283	3,3%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	7.029	1.086	547,2%
Obrigações fiscais	15.189	13.998	8,5%
Provisão para manutenção em rodovias	24.850	27.395	(9,3%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.875	4.656	4,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	476.614	479.562	(0,6%)
Capital social	1.099.584	1.099.584	0,0%
Reserva legal	(602.640)	(602.640)	0,0%
Reserva de lucros	(20.330)	(17.382)	17,0%

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de junho de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade” ou “Planalto Sul”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Praça do Pedágio BR 116, km 204, bairro Roseira. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018. O valor de referência do TAC Multas é de R\$356.778, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de vias marginais, implantação de um trevo em desnível e implantação de passarelas que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de junho de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No trimestre de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International*

Notas Explicativas

Accounting Standards Board (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e contas bancárias	910	1.376
Fundos de investimentos (a)	126.594	209.163
Total	127.504	210.539
	30.06.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos (b)	89.568	29.662
Total	89.568	29.662

Notas Explicativas

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,89% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,07% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over, LTN-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	17.142	-	14.093	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	38	-
Cartões de pedágio a receber (b)	-	-	50	-
Receitas acessórias a receber (c)	899	23	521	23
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Total	18.042	23	14.703	23

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e linhas telefônicas.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	18.042	23	14.703	23
	18.042	23	14.703	23

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.948)	(20.330)	(11.448)	(34.083)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	1.002	6.912	3.892	11.588
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	1.083	1.036	(71)	(81)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(2.085)	(7.948)	(3.821)	(11.507)
Total	-	-	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	0%	0%

Notas Explicativas

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	732.928	706.554
Provisão de participação nos lucros	413	890
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.875	4.343
Outras provisões	176	373
Provisão para manutenção de rodovias	50.157	53.505
Arrendamentos	1.043	1.239
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(38)	(36)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	789.620	766.934
Alíquota nominal	34%	34%
Total	268.471	260.758
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	14.532	13.840
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(10.611)	(11.303)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(3.608)	(3.843)
Total do imposto de renda e contribuição social	264.863	256.915
Impostos diferidos não constituído	112.962	105.014
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	151.901	151.901

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT – *Earnings Before Taxes*).

b) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	11.957	26.374	14.394	39.207
Provisão de participação nos lucros	(705)	(477)	(406)	(414)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	219	532	(67)	129
Outras provisões	(695)	(200)	(109)	(118)
Provisão para manutenção de rodovias	(4.904)	(3.348)	(2.829)	(5.531)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	-	-	(90)	(121)
Arrendamentos	(85)	(196)	-	-
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	346	692	346	692
Base de cálculo diferenças temporárias	6.133	23.377	11.239	33.844
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	2.085	7.948	3.821	11.507
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos	2.085	7.948	3.821	11.507
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	2.085	7.948	3.821	11.507

Notas Explicativas

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2026	119
2027	11.813
2028	13.113
Após 2028	126.856
	151.901

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicação financeira vinculada no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referente a debêntures. A seguir breve descrição dessa obrigação:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2025 o saldo é de R\$65.500, aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,1% a.a. (R\$21.791 e 97,6% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	10.459	2.848	1.573	20.326	30	1.242	36.478
Remensurações	-	83	-	2	1	-	86
Adições	-	6.911	-	-	-	-	6.911
Baixas	-	(2.931)	-	-	-	-	(2.931)
Saldo em 30.06.2025	10.459	6.911	1.573	20.328	31	1.242	40.544
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(9.074)	(2.684)	(751)	(16.337)	(24)	(416)	(29.286)
Amortização	(1.214)	(509)	(156)	(3.445)	(7)	(49)	(5.380)
Baixas	-	2.931	-	-	-	-	2.931
Saldo em 30.06.2025	(10.288)	(262)	(907)	(19.782)	(31)	(465)	(31.735)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.385	164	822	3.989	6	826	7.192
Saldo em 30.06.2025	171	6.649	666	546	-	777	8.809
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	14%	29%	40%	8%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2023	10.459	2.679	626	13.277	17	1.242	28.300
Remensurações	-	-	99	95	3	-	197
Saldo em 30.06.2024	10.459	2.679	725	13.372	20	1.242	28.497
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(6.647)	(1.771)	(546)	(9.259)	(11)	(318)	(18.552)
Amortização	(1.214)	(454)	(87)	(3.518)	(6)	(50)	(5.329)
Saldo em 30.06.2024	(7.861)	(2.225)	(633)	(12.777)	(17)	(368)	(23.881)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.812	908	80	4.018	6	924	9.748
Saldo em 30.06.2024	2.598	454	92	595	3	874	4.616
Taxas de amortização - a.a.	23%	34%	24%	53%	60%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
Saldo em 30.06.2025	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(485)	(1.292)	(1.089)	(1.011)	(1.199)	(8)	(5.084)
Depreciação	(6)	(12)	(121)	(25)	(19)	(4)	(187)
Transferências/reclassificações	-	-	-	51	-	(51)	-
Saldo em 30.06.2025	(491)	(1.304)	(1.210)	(985)	(1.218)	(63)	(5.271)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	53	90	734	115	84	65	1.141
Saldo em 30.06.2025	47	78	613	141	65	10	954
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	10%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2023	538	1.382	1.800	1.126	1.283	73	6.202
Adições	-	-	23	-	-	-	23
Saldo em 30.06.2024	538	1.382	1.823	1.126	1.283	73	6.225
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(473)	(1.264)	(850)	(947)	(1.131)	(8)	(4.673)
Depreciação	(6)	(15)	(119)	(34)	(38)	-	(212)
Saldo em 30.06.2024	(479)	(1.279)	(969)	(981)	(1.169)	(8)	(4.885)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	65	118	950	179	152	65	1.529
Saldo em 30.06.2024	59	103	854	145	114	65	1.340
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.882.064	6.102	-	1.888.166	52.840	1.941.006
Adições	20.279	749	-	21.028	27.393	48.421
Saldo em 30.06.2025	1.902.343	6.851	-	1.909.194	80.233	1.989.427
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(879.278)	(4.045)	-	(883.323)	-	(883.323)
Amortização	(62.047)	(818)	-	(62.865)	-	(62.865)
Saldo em 30.06.2025	(941.325)	(4.863)	-	(946.188)	-	(946.188)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.002.786	2.057	-	1.004.843	52.840	1.057.683
Saldo em 30.06.2025	961.018	1.988	-	963.006	80.233	1.043.239
Taxas de amortização - a.a. (c)	7%	42%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.797.631	4.711	407	1.802.749	15.025	1.817.774
Adições	26.016	721	-	26.737	39.795	66.532
Transferências/reclassificações	13.811	-	(407)	13.404	(13.404)	-
Saldo em 30.06.2024	1.837.458	5.432	-	1.842.890	41.416	1.884.306
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(760.134)	(2.631)	-	(762.765)	-	(762.765)
Amortização	(57.406)	(646)	-	(58.052)	-	(58.052)
Saldo em 30.06.2024	(817.540)	(3.277)	-	(820.817)	-	(820.817)
<u>Alienações/baixas</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.037.497	2.080	407	1.039.984	15.025	1.055.009
Saldo em 30.06.2024	1.019.918	2.155	-	1.022.073	41.416	1.063.489
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final da concessão.

(b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e manutenção de pavimento.

(c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$4.573 (R\$1.749 em 30 de junho de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao valor principal das dívidas em 2025 foi de 1,38% a.a. e em 2024 0,66% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

Em 14 de fevereiro de 2024 a Sociedade quitou o financiamento com o BNDES.

As movimentações dos financiamentos que ocorreram até a referida quitação estão representadas abaixo:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	53.540	49.713	103.253
Juros e variações monetárias provisionados	-	-	-	1.165	-	1.165
Amortização de principal	-	-	-	(101.900)	-	(101.900)
Pagamento de juros	-	-	-	(2.518)	-	(2.518)
Transferência	-	-	-	49.713	(49.713)	-
	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2025	31.12.2024
12ª emissão - 1ª Série	300.000	IPCA + 6,78% a.a.	set-31	328.359	318.344
12ª emissão - 2ª Série	350.000	CDI + 2,15% a.a.	set-28	365.690	363.013
				694.049	681.357
			Custo de transação	(9.292)	(10.169)
			Total	684.757	671.188
			Circulante	150.870	104.456
			Não circulante	533.887	566.732
			Total	684.757	671.188

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	106.505	574.852	681.357	54.180	46.929	101.109
Captações/Renovações	-	-	-	-	650.000	650.000
Juros e variações monetárias provisionados	36.662	9.994	46.656	25.000	7.089	32.089
Amortização de principal	-	-	-	(101.576)	-	(101.576)
Pagamento de juros	(33.964)	-	(33.964)	(7.430)	-	(7.430)
Transferência	43.750	(43.750)	-	47.679	(47.679)	-
	152.953	541.096	694.049	17.853	656.339	674.192
Custo de transação	(2.083)	(7.209)	(9.292)	(2.025)	(9.052)	(11.077)
Saldo final	150.870	533.887	684.757	15.828	647.287	663.115

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
12ª emissão - 1ª Série	15.01.2024	300.000	1.000	08.02.2024	300.000
12ª emissão - 2ª Série	15.01.2024	350.000	1.000	08.02.2024	350.000
		650.000			650.000

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	53.579
2027	102.990
2028	127.352
2029	88.313
Após 2029	168.862
	541.096

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 12ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da Sociedade, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da Sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Planalto Sul deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Planalto Sul possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Planalto Sul deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Notas Explicativas

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Planalto Sul em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- Até 2025: $\leq 4,50$
- 2026 a 2027: $\leq 3,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,50$
- 2030: $\leq 2,00$
- 2031: $\leq 1,00$

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado, pois em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$16.742 (R\$13.677 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$4.830 (R\$4.773 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	7.089	1.186	8.275	8.377	2.899	11.276
Remensuração	86	-	86	199	(2)	197
Adições	680	6.231	6.911	-	-	-
Utilização (*)	(6.145)	-	(6.145)	(5.904)	-	(5.904)
Ajuste a valor presente - AVP	569	-	569	454	-	454
Transferência	388	(388)	-	1.344	(1.344)	-
	2.667	7.029	9.696	4.470	1.553	6.023

Notas Explicativas

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$5.096 (R\$4.920 em 30 de junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	1.090
2027	1.035
2028	1.187
2029	1.361
Após 2029	2.356
	<u>7.029</u>

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$101 e R\$467 para Pis e Cofins (R\$97 e R\$449 respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 13,75% a.a. (10,07% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	2.441	2.785
Litoral Sul S.A. (c)	792	895
Total do passivo circulante	3.233	3.680
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	243.067	228.589
Total do passivo não circulante	243.067	228.589

<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>30.06.2025</u>			<u>30.06.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	228.589	228.589	-	384.230	384.230
Captações	-	-	-	-	10.000	10.000
Juros provisionados	-	16.848	16.848	-	15.069	15.069
Amortização/Recebimento de principal	-	-	-	(163.459)	-	(163.459)
Pagamento/Recebimento de juros	-	-	-	(26.541)	-	(26.541)
IR recuperar	-	(2.370)	(2.370)	-	(2.279)	(2.279)
Transferências	-	-	-	190.000	(190.000)	-
Saldo final	-	243.067	243.067	-	217.020	217.020

Notas Explicativas

Contas de Resultado: Despesas financeiras (b)	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(8.976)	(16.848)	(6.240)	(15.069)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Total	(8.976)	(16.848)	(6.240)	(15.069)

Contas de Resultado: Despesas gerais (a)	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(2.456)	(4.456)	(5.292)	(7.521)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	(1.335)	(2.646)	(1.257)	(2.814)
Total	(3.791)	(7.102)	(6.549)	(10.335)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread*, respectivamente, de 1% ao ano com vencimentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2028. Em 09 de fevereiro de 2024, foram liquidadas as debêntures da 9ª, 10ª e 11ª emissão.

(c) Refere-se a reembolso de rateios da estrutura administrativa.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	5.879	9.000	5.003
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.500	2.159	3.500	1.827
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	11.500	7.007	11.500	5.920
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	9.000	5.422	9.000	4.575
20.12.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.000	2.380	4.000	2.006
20.01.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	13.000	7.659	13.000	6.448
20.03.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.200	4.154	7.200	3.489
06.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.148	2.000	964
20.04.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	4.200	2.401	4.200	2.015
20.11.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	8.500	4.631	8.500	3.864
07.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	800	434	800	362
21.12.2020	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	10.000	5.415	10.000	4.514
20.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.200	3.338	6.200	2.780
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	3.100	1.085	3.100	1.381
22.02.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.900	1.659	1.900	903
22.03.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.200	694	1.200	566
05.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.148	2.000	939
20.04.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	3.428	6.000	2.803
20.05.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	4.223	7.500	3.466
07.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.100	613	1.100	505
21.06.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.850	4.350	7.850	3.585
05.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.300	712	1.300	590
20.07.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.150	1.171	2.150	969
05.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.400	713	1.400	590
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	3.792	7.500	3.134
06.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	2.000	1.004	2.000	829
20.09.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.600	3.794	7.600	3.130
05.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	495	1.000	408
20.10.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	6.000	2.949	6.000	2.428
22.11.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.000	2.413	5.000	1.982
06.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	1.500	717	1.500	588
20.12.2021	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	941	139	941	85
			155.941	87.126	155.941	72.648
				243.067		228.589

Notas Explicativas

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.451 (R\$1.042 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$75 (R\$90 em 30 de junho de 2024) relativos a diretoria da Sociedade e R\$1.376 (R\$952 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual para o exercício de 2025 sem encargos em até R\$339 (R\$310 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$413 e R\$890.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	238	1.417	(441)	(831)	6	389
Trabalhistas	385	729	(169)	(319)	3	629
Regulatórios	3.720	137	-	-	-	3.857
Total	4.343	2.283	(610)	(1.150)	9	4.875

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	218	2.727	(106)	(2.638)	3	204
Trabalhistas	422	535	(99)	(405)	1	454
Regulatórios	3.551	226	(160)	-	45	3.662
Total	4.191	3.488	(365)	(3.043)	49	4.320

Notas Explicativas

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente, a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Conforme mencionado na nota nº 2, no dia 28 de julho de 2023 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2025	31.12.2024
Cíveis	8.053	7.767
Trabalhistas	202	530
Regulatórios	56.685	54.679
Total	64.940	62.976

Os depósitos judiciais no montante de R\$3.642 (R\$3.642 em 31 de dezembro de 2024), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$313 (R\$316 em 31 de dezembro de 2024) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável. Os demais, não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em parte por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. em 30 de junho de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	26.664	26.841	53.505
Adições/Reversões	9.733	8.870	18.603
Utilizações	(23.849)	-	(23.849)
Ajuste a valor presente	949	949	1.898
Transferências	11.810	(11.810)	-
Saldo em 30.06.2025	25.307	24.850	50.157

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	45.389	29.432	74.821
Adições/Reversões	202	13.884	14.086
Utilizações	(21.656)	-	(21.656)
Ajuste a valor presente	1.194	845	2.039
Transferências	14.914	(14.914)	-
Saldo em 30.06.2024	40.043	29.247	69.290

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$19.960 (R\$18.030 em 30 de junho de 2024).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2025 é de R\$878.034 (R\$1.128.034 em 31 dez 2024), composto por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$849.584 (R\$1.099.584 em 31 dez 2024), que representa 1.656.659.368 ações.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a redução de capital da Sociedade, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, onde o capital social subscrito reduz de R\$1.128.034 para R\$878.034 e o capital

Notas Explicativas

integralizado de R\$ 1.099.584 para R\$ 849.584 configurando uma redução de R\$250.000, mediante a absorção de parte dos prejuízos acumulados, sem restituição de capital ao acionista da Companhia e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social, mantendo-se portanto, inalterado o número de ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior.

Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	81.699	160.719	71.386	138.317
Receita de serviços de construção	19.100	43.097	37.966	64.470
Outras receitas	281	578	325	719
Receita bruta	101.080	204.394	109.677	203.506
ISSQN	(4.085)	(8.036)	(3.569)	(6.916)
PIS	(532)	(1.047)	(466)	(903)
COFINS	(2.455)	(4.832)	(2.151)	(4.170)
Outras deduções	(141)	(219)	(15)	(52)
Receita líquida	93.867	190.260	103.476	191.465

Notas Explicativas

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(4.916)	(9.772)	(4.733)	(9.198)
Serviços de terceiros	(3.747)	(8.252)	(4.126)	(8.496)
Conservação	(2.425)	(4.660)	(2.402)	(4.595)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(175)	(290)	(284)	(499)
Consumo	(529)	(1.020)	(408)	(736)
Transportes	(925)	(1.680)	(766)	(1.466)
Verba de fiscalização	(1.221)	(2.442)	(1.165)	(2.329)
Seguros / Garantias	(576)	(1.163)	(559)	(1.104)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.169)	(18.603)	(5.032)	(14.086)
Custos de serviços da construção	(19.100)	(43.097)	(37.966)	(64.470)
Depreciação / Amortização	(34.214)	(68.102)	(31.892)	(63.308)
Outros	(36)	(61)	(38)	(57)
Total	(74.033)	(159.142)	(89.371)	(170.344)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(2.484)	(4.466)	(4.530)	(6.640)
Serviços de terceiros	(254)	(514)	(974)	(1.320)
Manutenção de bens e conservação	(329)	(649)	(701)	(1.015)
Consumo	(119)	(258)	(245)	(463)
Transportes	(8)	(30)	(31)	(75)
Seguros/Garantias	(6)	(8)	(11)	(11)
Provisão/(reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.123)	(1.673)	(318)	(3.123)
Comunicação e marketing	(21)	(43)	(68)	(107)
Indenizações à terceiros	(8)	(17)	(8)	(21)
Publicações legais	(21)	(180)	(205)	(240)
Depreciação / Amortização	(164)	(330)	(147)	(285)
Outros	(236)	(429)	(242)	(432)
Total	(4.773)	(8.597)	(7.480)	(13.732)

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	8.562	16.326	6.966	11.045
Créditos fiscais	118	241	32	67
Total	8.680	16.567	6.998	11.112

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(27.892)	(58.931)	(23.272)	(46.574)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.295)	(2.467)	(1.227)	(2.493)
Outras despesas	(603)	(1.216)	(603)	(3.639)
Total	(29.790)	(62.614)	(25.102)	(52.706)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Variação cambial líquida	-	-	(4)	(4)
Total	-	-	(4)	(4)

Notas Explicativas

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamentos e debêntures incorridos em 30 de junho de 2025 no valor de R\$63.504, o montante de R\$4.573 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento (R\$48.323 e R\$1.749 em 30 de junho de 2024).

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e intangível em andamento (a)	48.421	66.532
Total das adições de imobilizado (b)	-	23
Juros capitalizados - financiamentos (a)	-	(1)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(4.573)	(1.748)
	43.848	64.806
Aquisição (adições)	(43.848)	(64.806)
Fornecedores	(1.490)	10.120
Obrigações fiscais	(214)	1.418
Contas a pagar - partes relacionadas	(211)	12
Cauções contratuais	105	754
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(45.658)	(52.502)
Fluxo de caixa imobilizado	-	(23)
Fluxo de caixa intangível	(45.658)	(52.479)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(45.658)	(52.502)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(1.810)	12.304

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 22.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Prejuízo do período	(2.948)	(20.330)	(11.448)	(34.083)
Número de ações durante período	1.721.076	1.721.076	1.721.076	1.721.076
Prejuízo por ação	(0,0017)	(0,0118)	(0,0067)	(0,0198)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e de 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			30.06.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativo</u>						
Caixas e equivalentes de caixa	N/A	2	127.504	127.504	210.539	210.539
Aplicação Financeira	N/A	2	89.568	89.568	29.662	29.662
Contas a receber clientes	N/A	2	18.042	18.042	14.703	14.703
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	65.500	65.500	21.791	21.791
Outros Créditos	N/A	2	222	222	173	173
			300.836	300.836	276.868	276.868
<u>Passivo</u>						
Debêntures privada - partes relacionadas	N/A	2	243.067	243.067	228.589	228.589
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	3.233	3.233	3.680	3.680
Debêntures (a)	N/A	2	694.049	698.700	681.357	674.856
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	21.572	21.572	18.450	18.450
Taxa de fiscalização	N/A	2	407	407	396	396
Outras contas a pagar	N/A	2	1.334	1.334	1.955	1.955
			963.662	968.313	934.427	927.926

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(53.455)	(64.879)	(76.303)
Receita de aplicações financeiras	7.977	9.971	11.966
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(33.199)	(40.818)	(48.438)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(78.677)	(95.726)	(112.775)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Debêntures	(37.534)	(41.426)	(45.318)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(37.534)	(41.426)	(45.318)
Juros a incorrer líquido no resultado	(116.211)	(137.152)	(158.093)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.142 (R\$14.093 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Notas Explicativas

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 30 de junho de 2025 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$20.330 (R\$34.083 em 30 de junho de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	13,75%	9.696	6.108	1.912	2.851	494	84	767
Partes relacionadas	1,08%	243.067	235.283	-	-	-	235.283	-
Debêntures - CDI (b)	17,26%	365.690	455.090	-	181.835	119.968	153.287	-
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	328.359	443.015	10.907	10.901	25.425	122.724	273.058
Fornecedores e cauções contratuais		21.572	21.572	16.742	4.830	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas		3.233	3.233	3.233	-	-	-	-
Outras contas a pagar		1.334	1.334	1.334	-	-	-	-
		972.951	1.165.635	34.128	200.417	145.887	511.378	273.825

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de

Notas Explicativas

danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	94.249

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2025 é de R\$222.896 (R\$171.702 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS Aos Administradores e Acionistas da Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de agosto de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia